

MINISTROS MILITARES DISCUTEM A CRISE

Eles se reúnem amanhã em Brasília. Seus temas: o mandato presidencial, URP, greves, Constituinte.

Para avaliar a conjuntura nacional e os assuntos referentes às suas áreas na Constituinte, os ministros militares se reúnem amanhã, em Brasília, no Ministério da Marinha. Na pauta de discussões estão incluídos temas como a anistia e pensão aos ex-combatentes, a eventual redução do mandato de Sarney, as greves e a URP.

A agenda ainda não foi fixada. Mas o ministro da Aeronáutica, brigadeiro Moreira Lima, já admitiu que as greves — por serem um problema que preocupa a todos — devem ser analisadas na reunião. Ele frisou, porém, que a função das Forças Armadas nessa situação é apenas a de manter a ordem. Quanto ao mandato de Sarney, o brigadeiro Moreira Lima limitou-se a reafirmar que, para ele e para todos os ministros do governo, deve prevalecer cinco anos de mandato para o atual presidente.

O outro tema a ser debatido pelos ministros militares refere-se à URP (a **batalha do governo e dos funcionários públicos federais pela URP está na página 10**). Por ser um assunto diretamente relacionado ao EMFA, o ministro Paulo Camarinha adiantou a sua posição: pretende assinar, como responsável pela concessão do reajuste dos salários dos militares, a portaria restabelecendo a URP no dia 1º de fevereiro. Segundo disse, defenderá essa atitude "até que receba qualquer comunicado em sentido contrário".

Um item — já aprovado pela Constituinte e que não agradou aos militares — provavelmente será lembrado amanhã. Trata-se da exigência de ordem judicial para que se efetivem prisões, que, na opinião dos ministros, prejudicará a ação dos policiais militares. Para evitar a aprovação de outros itens que prejudiquem seus setores, os três ministros militares também devem discutir amanhã dois assuntos das Disposições Transitórias: a anistia e a concessão de pensão aos ex-combatentes da Segunda Guerra Mundial. Até porque, segundo garantem, não pretendem que esses temas sejam aprovados pela Constituinte.

Quanto à anistia, por exemplo, o ministro da Aeronáutica foi categórico ao dizer que é impossível para as Forças Armadas aceitar a aprovação de emendas propondo a reintegração de cassados. Mas o maior problema, contudo, reside na reintegração dos marinheiros punidos em 64 e que, segundo a Marinha, não têm condições de voltarem à Força. Por isso, os ministros militares acatam os textos do Centrão e da Sistematização, mas temem a emenda que avança os textos, e que, para eles, constituem-se num grande risco para as Forças Armadas, conforme avaliou um assessor de gabinete.

Já a pensão aos ex-combatentes não encontra respaldo na área militar. Isso porque os três ministros não consideram que a chamada "turma da praia" — convocados que não combateram em 44 — deva receber pensões do governo.

Ainda na área militar, o ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, em uma entrevista a jornalistas ontem, no Aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre, adiou o seu pronunciamento para outra oportunidade. "Os senhores não têm nenhuma pergunta a fazer e eu não tenho nenhuma resposta a dar, portanto, nossa conversa fica para outra ocasião", disse.

Também em Porto Alegre, o general Edison Boscacci Guedes, que deixa hoje o Comando Militar do Sul, voltou a afirmar que deverá ser acatada a eventual decisão da Constituinte de fixar em quatro anos o mandato de Sarney.



Sarney: cinco anos.



Ulysses: ouvindo.



Aureliano: pressionado.

Sant'Anna e Lourenço tranquilizam Sarney

O tema que até algum tempo atrás tomava praticamente todo o tempo do presidente Sarney não faz parte de suas preocupações atuais. A duração de seu mandato não é razão para ele se preocupar, já que, na votação das Disposições Transitórias na nova Constituição, "os cinco anos para Sarney vão arrancar votos até de setores tradicionais de oposição ao governo". A garantia é dos dois principais homens da linha de frente do presidente na Constituinte, que estiveram reunidos com ele ontem, os líderes do governo e do PFL, Carlos Sant'Anna e José Lourenço.

Na opinião dos líderes, o resultado deve oscilar entre 310 e 320 votos favoráveis aos cinco anos, dos 559 disponíveis na Constituinte. Eles consideram "uma

discriminação" se acontecesse o contrário, e afirmam não existir, no Palácio do Planalto, nenhum "esquema de pressão" para intimidar os quatroanistas.

Para tentar reverter essa tendência de se sepultar eleições presidenciais este ano, nos últimos dias o presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, e do PFL, Aureliano Chaves, receberam vários pedidos para que mobilizem os companheiros de partido. Os "históricos" do PMDB e o senador Marco Maciel dizem que uma tomada de posição dos dois, cada qual em seu âmbito de influência, conseguiria "virar o jogo".

Para o deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), um dos coordenadores do movimento pelos cinco anos, "não existe um só governador que queira eleições presi-

denciais neste ano, talvez o da Bahia, Waldir Pires, que é um poeta em política. Pode até existir os que dizem querer, mas, na realidade não querem, inclusive Leonel Brizola e Miguel Arraes".

Mas quem não perde oportunidade de defender os quatro anos para Sarney é o general da reserva Andrada Serpa, que já se lançou candidato à Presidência pelo Partido da Mobilização Municipal. Ontem, em Brasília, ele "exigia" dos constituintes a aprovação de eleições presidenciais para este ano, e discursava: "O povo mobilizado é invencível. Apelo em nome da sociedade brasileira ultrajada em sua soberania, aos ministros militares, velhos companheiros, para que não se deixem envolver nesta manobra continuista do presidente".

Um alerta de Richa, pela moralização política.

Chegou a hora de os políticos e os partidos recuperarem a imagem perdida em atitudes, pronunciamentos e votações incoerentes. Mais ainda: há perigo de que o distanciamento entre os políticos e o povo leve o País à total ingovernabilidade "pela desmoralização, incompetência e imobilismo do poder público". O alerta foi feito ontem pela manhã pelo senador José Richa (PMDB-PR), que esteve na OAB de São Paulo para participar de um ciclo de palestras sobre as possíveis saídas para o Brasil diante da crise.

Richa falou sobre necessidade de modernização política do País e lembrou que o sistema político-partidário nacional continua sendo um dos mais atrasados do mundo. "Devemos dotar os partidos de uma identidade real e publicamente confiável", propôs. "Políticos e partidos precisam recuperar a imagem perdida em atitudes, pronunciamentos e votações que constituíram demonstração inequívoca de incoerência. Muitos macularam o instituto de repre-

sentação ao se afastarem da orientação das correntes que os elegeram. O povo repele essas atitudes."

Depois de considerar a necessidade de "mudar a tônica e o conteúdo do discurso político", Richa disse que existem compromissos essenciais "se realmente quisermos efetivar medidas". A primeira delas, segundo ele, é a "desregulação — neologismo que implica em reduzir a intervenção do governo na economia". Para Richa, a desregulação não conduz necessariamente à desnacionalização ou desestatização: "O âmbito de atuação do poder público deve ser objeto de amplo debate, permitindo que se considerem a eficiência, a essencialidade, a soberania, a capacidade financeira".

— Não mais podemos adiar o debate sobre a conveniência de adotarmos uma economia de mercado dinâmica que incentive o investimento, proteja a empresa e o empresário, estimule o capital nacional, mas que também se mostre aberta ao capi-

tal e à tecnologia estrangeira dentro de parâmetros que assegurem a preservação dos interesses do País.

O senador defendeu a CPI da corrupção, mas lamentou que haja setores que insistam em desacreditá-la. Segundo ele, o que se pretende com isso é alongar a transição. "A CPI tem que continuar porque afere a esperança do povo brasileiro de se acabar com a impunidade", garantiu. "A CPI da corrupção não desestabiliza o governo, se ele não tiver culpa no cartório".

Uma das saídas para a crise, na opinião de Richa, são eleições diretas em 88. "Não podemos continuar impondo a milhões de brasileiros um governo que não escolheram, que seria de transição, mas que se apegam como poucos ao poder, um poder do qual jamais sobre fazer uso". Negou ainda a existência de um clima de confronto: "O que percebo é um rosário de lamentações. O que acho é que esse governo deveria se queixar menos e trabalhar mais".

Para o jornalista, origem da crise é cultural.

"A crise que estamos vivendo tem suas raízes plantadas bem longe no tempo. É uma crise que decorre das nossas deficiências culturais. Lembro de ter lido a referência a uma frase de Santiago Dantas, que dizia que as elites brasileiras são de má qualidade; o povo é que é de boa qualidade. Dantas, com certeza, esteve se referindo à nossa elite política."

Essa foi a explicação do jornalista Ruy Mesquita, para a origem da crise que o Brasil atravessa hoje, ao participar de uma entrevista ontem no programa "Vamos Sair da Crise", da TV Gazeta. O jornalista, diretor do *Jornal da Tarde*, constatou que de seus 63 anos de vida, viveu 35 sob regimes ditatoriais e disse que, nesse quadro, "é difícil formar elites políticas".

Para Ruy Mesquita, a política do Brasil de hoje ainda é uma continuação daquilo que foi o longo período Vargas, com as características do caudilhismo, tão comum aos outros países latino-americanos. Citou

o livro do jornalista Samuel Wainer ("Minha Razão de Viver") como uma explicação sincera "da tragédia brasileira" e por se referir com tanta simplicidade à corrupção: "Lendo esse livro a gente vê que não houve solução de continuidade entre as elites brasileiras".

A crise econômica tem a mesma raiz, e vem de quando Vargas começou a criar o "país oficial". Uma crise, segundo Ruy Mesquita, que "abrange e se circunscreve ao ramo da administração pública: o setor privado está intato e pronto para reagir, dentro dessa economia estatizada".

Causa imediata

"A origem imediata da crise econômica que o País vive hoje foi o fato de os governos militares terem feito o mesmo que faria a esquerda, se tivesse sido vitoriosa antes de 64. Acentuou-se a estatização, particularmente a partir do governo

Geisel, que foi de todos o mais nocivo."

O resultado disso é a soma da estatização mais a deseducação política: "Isso nos trouxe à situação que vivemos hoje". Para Ruy Mesquita é um absurdo que "a massa dos trabalhadores na administração pública e nas estatais representem 21% do total de trabalhadores do País". Só com o corte da URP por dois meses, para esse setor, o governo conseguirá uma economia de 1% em seu déficit público. "Foi o que me informou o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega", disse Ruy Mesquita.

O jornalista falou também sobre a necessidade de desmistificar o aparelho estatal: "É preciso dizer aos brasileiros que quem paga os escandalosos salários nas estatais, na administração pública são todos. Não só quem paga Imposto de Renda. Mas qualquer um, que compre o pão, um maço de cigarro. É com o imposto incluído em cada produto, que o brasileiro sustenta o setor estatal".

Los Angeles Times fala em pressão das Forças Armadas

"Os sabres podem ser obsoletos, mas seu retinir ainda ecoa nos corredores do poder da América Latina", comentou o correspondente do jornal *Los Angeles Times* no Rio, William R. Long, em despacho do último dia 8, ao fazer um balanço da influência das Forças Armadas nos trabalhos da Constituinte. Conforme citou, a aprovação do mandato presidencial de cinco anos coincidiu com as notícias de que os militares preparavam um golpe, a ser lançado se as eleições presidenciais fossem marcadas ainda para este ano.

Ele lembra que Sarney desmentiu as notícias chamando-as de "fantasia", mas comentou: "Muitos brasileiros parecem ter-lhes dado credibilidade, ao passo que a credibilidade de Sarney é cada vez mais questionada estes dias. As pessoas sempre se lembram de que durante duas décadas ele prestou um serviço simbólico à democracia simulada que havia sob o regime militar. Ele foi presidente do partido que apoiou a ditadura..."

Segundo o correspondente, bastaram "o som dos coturnos e o retinir dos sabres" para que a Constituinte cedesse em pontos que interessam aos militares: "Nenhum golpe foi necessário para lembrar aos brasileiros quem é que está mandando. Todos entenderam que, embora as Forças Armadas tivessem oficialmente entregue o poder três anos atrás, seu poder no Brasil ainda é o maior". E o caso brasileiro "tem especial interesse, por ser a maior nação latino-americana, com 140 milhões de habitantes e que exerce tremenda influência sobre seus vizinhos menores".

Como consequência, os trabalhos da Constituinte "são lentos e vacilantes". Dando exemplos, Long apontou que o texto em fase de aprovação diz que "as Forças Armadas podem intervir nos assuntos nacionais para garantir a lei e a ordem, embora não por iniciativa própria. Os tribunais militares não mais serão responsáveis pelo julgamento das violações à segurança nacional, mas julgarão militares e civis acusados de crimes de caráter militar".

Enquanto uma Constituição conservadora é redigida — disse Long —, o presidente Sarney "parece mais que nunca identificar-se com o conceito militar de transição, que prolongue o processo, preserve os grandes poderes das Forças Armadas e, ao menos por enquanto, perturbe a comunicação entre a soberania democrática e a tutela militar".

Um novo bloco. E Sarney pode perder a maioria no Senado.

Para formar um consistente bloco de oposição ao governo, 31 senadores estão apenas na dependência do apoio de mais seis pefelistas de oposição, liderados pelo presidente do partido, Marco Maciel, e pelo ex-líder Carlos Chiarelli. Se isso realmente ocorrer, o presidente Sarney será minoritário no Senado: ficará com 36 parlamentares contra os 37 do novo bloco. Será a primeira vez que isso ocorrerá na História da República, segundo a lembrança do líder do PDS, deputado Amaral Neto. Há dúvidas de que tal reviravolta possa ocorrer, mas também há quem duvide de que a atual maioria de Sarney seja real. De qualquer forma, o documento dos opoicionistas está no aguardo de novas adesões.